

# IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CEARÁ

---

Instrumental para elaboração do dossiê  
Ficha cadastro do conflito

---

## Conflito relatado por:

ANTONIO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR ([antonyorodriguez@yahoo.com.br](mailto:antonyorodriguez@yahoo.com.br)/

(88) 9949. 6557)

DANIELLY PEREIRA CLEMENTE ([danipereiraclemente@gmail.com](mailto:danipereiraclemente@gmail.com) / (88)9969.3273)

GUSTAVO RAMOS FERREIRA ([gustavo.rf.cs@gmail.com](mailto:gustavo.rf.cs@gmail.com) / (88)9992.1632)

Data: 11 de julho de 2013.

**Título do conflito:** *Impactos do Projeto Cinturão das Águas (CAC) na Comunidade Baixio das Palmeiras, Crato-CE.*

Região, município, comunidade: *Região do Cariri Cearense, município do Crato, Ceará.*

## Descrição resumida do modo de vida da comunidade:

O distrito do Baixio das Palmeiras, com mais de meio século de existência, possui um total de doze comunidades rurais, localizados na cidade do Crato, no sul do estado do Ceará. Ao todo, o distrito possui aproximadamente 1000 moradores, dos quais em sua maioria, sobrevivem da agricultura.

A comunidade é geograficamente favorecida para produção agrícola. Através da declividade, terrenos de baixo relevo e os diversos riachos que atravessam o distrito, as atividades agropecuárias no local são beneficiadas. As nascentes levam água do alto da chapada para as regiões baixas, garantindo os recursos hídricos necessários para a produção. Mesmo durante os períodos de estiagem, os pequenos produtores registraram pequenas perdas na lavoura.

A organização das terras, em sua maioria, principalmente, os terrenos localizados na sede do distrito, foi repassada através de herança. As propriedades estão organizadas em pequenos terrenos estreitos e compridos, tornando estas pequenas unidades de produção, incapazes de garantir plenamente a subsistência e o sustento das famílias, mesmo com a excelente qualidade hídrica e de solo do lugar. Com isso, trabalhadores e

trabalhadoras rurais se sujeitam as outras relações de trabalho, seja na própria agricultura ou em outros serviços.

O Baixo das Palmeiras está localizado entre a Chapada do Araripe, atravessando diversas áreas de proteção ambiental sob a regulamentação e fiscalização de órgãos federais como IBAMA e o Instituto Chico Mandes – ICMbio: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Proteção Permanente (APP) e Floresta Nacional do Araripe (FLONA). Além disso, a região possui um rico patrimônio arqueológico e paleontológico, como por exemplo, machadinhos produzidos pelos índios nativos da região: os Kariris. Há também no local vários fósseis e achados ainda não catalogados, possíveis de ser encontrados caminhando pelas margens secas de seus riachos.



Por fim, a comunidade possui uma Associação de Moradores em atividade, na qual recebe atividades culturais e de assistência aos trabalhadores rurais. Mantém ainda, uma rádio comunitária com produção educacional e de lazer. Além disso, os moradores cultivam a dança do maneiro-pau, transmitindo para as outras gerações as tradições locais.



## **1. SOBRE O CONFLITO**

### **1.1. Tema**

- ( ) Carcinicultura
- ( ) Eólica
- ( ) Turismo
- ( ) Obras da Copa
- ( ) Agronegócio
- ( ) Projeto de Irrigação
- ( ) Grande Barragem
- ( ) Mineração
- ( ) Transnordestina
- ( x ) Transposição do Rio São Francisco
- ( ) Siderurgia
- ( ) Maricultura
- ( ) Outro: \_\_\_\_\_

OBS: EM DECORRENCIA DO PROJETO CAC OUTROS CONFLITOS SURGIRÃO, TAIS COMO: AGRONÉGOCIO, PROJETS DE IRRIGAÇÃO, GRANDES BARRAGENS, ENUMERADOS ALHURES.

**1.2. Período de início do conflito:** *a partir primeiro semestre de 2011.*

**1.3. Nome da parte contrária** (empresa ou órgão público envolvidos no conflito):

- ✓ Governo do Estado Ceará, Secretária de Recursos Hídricos - SRH.
- ✓ Empresa VBA Engenharia e Tecnologia

**1.4. Informações complementares da parte contrária** (ligações políticas dentro e fora da comunidade, presença de assessoria jurídica, assessoria de comunicação e outras).

- ✓ Empresariado local
- ✓ O projeto CAC recebe recursos do Governo do Estado Ceará, Governo Federal (através do PAC), Banco Mundial.

**1.5. Número de famílias afetadas:**

- ✓ Não fora fornecido pelos agentes responsáveis pelo projeto o número de famílias afetadas. As informações apresentadas são contraditórias. O EIA/RIMA aponta 53 famílias atingidas. Funcionários responsáveis pelos estudos topográficos e de solo falam em 128 famílias. Enquanto que, a assistente social contratada pela empresa VBA declara que serão removidas 17 famílias.

**1.6. Descrição/Resumo do Conflito:**

Em 2011, funcionários da EMPRESA VBA, responsável pelo estudo do projeto “Cinturão das Águas”, do Governo do estado do Ceará, iniciaram os estudos da obra sem nenhuma comunicação aos moradores, nem aviso as lideranças. Eles desmataram as propriedades, pularam cercas e demarcaram áreas. Nesse primeiro momento, não tinham nenhuma identificação da empresa. Por pressão da comunidade e da associação, e após a reunião de 08 de agosto de 2012, os funcionários passaram a identificar-se.

Na mesma reunião a empresa VBA pediu desculpas pelo modo que agiu e comprometeu-se a mudar de atitude. Sendo inclusive marcada uma audiência pública para o dia 18 de dezembro de 2012.

Durante todo o processo existiu conflitos entre os moradores e a empresa VBA. Vários associados relataram que houve abuso por parte da empresa, que se recusava a fornecer informações.

Na audiência pública ocorrida no dia 18 de dezembro de 2012, presidida pelo Promotor de Justiça, Dr. PEDRO CAMELO, estavam presentes os moradores da comunidade, os representantes da associação, a empresa VBA e a Secretária de Recursos Hídricos do Governo do Estado. Na ocasião foi acordado, verbalmente, que a

empresa VBA passaria a respeitar os limites das propriedades dos moradores; iria procurar meios de operação menos onerosos para a comunidade, bem como se comprometia a comunicar aos moradores e lideranças todas as suas atividades e os fins aos quais estas se destinavam. Ao final foi redigida ata com todos os termos da audiência, assinada pelos representantes das partes presentes.

Ocorre que mesmo após realização do pacto acima mencionado a empresa VBA continuou a praticar os mesmos atos que ensejaram a audiência pública acima citada. Entretanto, nesta oportunidade houve por parte da empresa uma conduta mais agressiva, passando seus empregados a proferirem ameaças contra os moradores, inclusive, ameaçando chamar a polícia caso os moradores interferissem na realização de suas atividades.

Em decorrência da resistência da empresa em cumprir os termos do acordo firmado foi solicitada uma nova reunião com data para o dia 20 de março de 2013. Foram convidados a participar os representantes da empresa VBA e da Secretaria de Recursos Hídricos, nesta ocasião representada pela Sra. MÔNICA HOLANDA. Ela ouviu o relato dos moradores e afirmou que quando os funcionários agissem dessa forma, o morador tinha todo o direito de colocá-los para fora de sua propriedade. Na reunião os moradores exigiram respostas mais concretas relativas às obras do Cinturão na comunidade, tais como: a determinação dos moradores a serem removidos, a largura do canal, início das obras, etc. Sem respostas, a Sra. MÔNICA HOLANDA marcou uma reunião para o dia 17 de abril prometendo entregar um mapa até o dia 16 com o número exato de pessoas que seriam removidas.

Na noite do dia 16, às 20h, a Sra. SÂMIA PINTO, engenheira civil da VBA, e a Sra. JACIRA MARTA, assistente social da VBA, trouxeram um mapa que apresenta 17 famílias a serem removidas.

Na reunião do dia 17 estiveram presentes RAMON RODRIGUES, secretário executivo da SRH (Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará), CÉSAR PINHEIRO, representante da VBA, representantes da ICMBio, da Cogeh, Geopark, Secretário de meio ambiente do município do Crato, associações, sindicatos e estudantes da UFC e URCA. Na ocasião os representantes da VBA e SRH afirmaram que não havia possibilidade de delimitar a quantidade de removidos sem a conclusão dos estudos. A reunião encerrou-se sem as partes chegarem a um acordo.

No dia 21 de abril de 2013, a associação atendendo a reivindicação de alguns moradores, realizou uma reunião na qual foi decidido pela liberação dos estudos topográficos pela VBA com o intuito desta apresentar concretamente a quantidade de

moradores removidos; haja vista que a empresa afirmara que tais dados não existiam devido a resistência dos moradores em autorizar o estudo. A reunião teve ata registrada em cartório e entregue a cópia a empresa VBA.

De posse da ata e de um termo de autorização, redigido pela própria VBA, os funcionários desta empresa, comandados por JACIRA MARTA, passaram a visitar os moradores pedindo-lhes assinatura do termo e apresentação de documentos pessoais e dos imóveis. Alguns moradores desconfiados de tais condutas questionaram os funcionários da VBA que afirmaram se tratar do cadastro de desapropriação e que quem não assinasse tal termo não receberia uma boa indenização. Desta feita, o termo apresenta-se em desconformidade com o que fora decidido em assembleia. As lideranças da comunidade procuraram a Sra. JACIRA MARTA, assistente social, para rediscutir o termo. A mesma se negou a comparecer em reunião, dizendo que a comunidade estava sendo agressiva e que somente se pronunciaria com autorização da SRH. Em consequência disso, funcionários continuaram utilizando o termo para legitimar o prosseguimento do seu trabalho.

Ainda, nesse ínterim, vale salientar que alguns cadastradores prometem vantagens a quem facilita o trabalho deles, por exemplo: aumentar o número de árvores ou benfeitorias no terreno, mesmo sem existir, para aumentar o valor da indenização. Em contrapartida os funcionários afirmaram que aqueles que resistem ao cadastro serão prejudicados porque o estudo seria concluído sem avaliação dos seus respectivos imóveis, sendo o valor de indenização por arbitramento da SRH.

Vários problemas ocorreram durante a realização dos estudos de geotecnia e sondagem permitidos pela associação dos moradores. Na comunidade Baixio do Muquém os funcionários invadiram as propriedade e não pediram a assinatura do termo autorizativo, fato este registrado por foto. Na comunidade Baixio das Palmeiras a realização do estudo pela VBA foi bastante conflituosa, havendo o uso falso de nomes de líderes comunitários para coagir os moradores à assinatura do termo, ofensas verbais e pressão psicológica nos moradores relutantes, causados pela pretensa necessidade dos funcionários em concluir os estudos.

Contudo, os estudos não foram completamente concluídos, havendo muitas casas ainda a serem visitadas, tendo em vista que o trajeto apresentado à associação pelo mapa entregue dia 16 de abril exibem imóveis que estão na zona do canal e que não foram estudados, sendo que estes moradores ainda não foram comunicados acerca do fato de que suas propriedades serão impactadas pelo Cinturão das Águas.

Diante desses novos conflitos causados pelo termo de autorização, os moradores com apoio dos estudantes buscaram realizar uma audiência pública para que fossem esclarecidos tais fatos e que mais uma vez fosse exigido o direito de informação da comunidade. Para tanto, foi requerida no dia 20 de maio uma audiência pública pela Câmara Municipal do Crato para realizar-se dia 12 de junho de 2013 na qual fora convocado as autoridades competentes, dentre elas a VBA, SRH, Promotoria Pública, Defensoria Pública, COGERH, GEOPARK, ICMBio, Secretaria de Meio Ambiente do Crato, SEMACE e outros.

No entanto, a audiência fora realizada na data supracitada, mas nem representantes da SRH e VBA participaram. Segundo o requerente da audiência, o vereador Marquim do Povão, um representante da VBA se fizera presente minutos antes da audiência pública na secretaria da Câmara justificando sua ausência ao fato desta não ter autorização da SRH para pronunciar-se.

Do dia 12 de junho em diante a comunidade Baixio das Palmeiras continua angustiada e sem nenhuma informação dos fatos que sucederam a audiência, bem como da ausência repentina dos funcionários dias antes a realização desta. Há ainda que se ressaltar que não houve nenhum retorno acerca dos novos estudos realizados e que a comunidade continua tão desinformada quanto o início da intervenção desse projeto, sem saber em que fase está o andamento do Cinturão das Águas.

### **1.7. Principais danos sociais, ambientais e para a saúde humana causados pelo empreendimento:**

Devido à falta de informação, não se tem como inferir a dimensão dos impactos socioambientais na comunidade. Sabe-se, contudo, que a região atingida pelo CAC situa-se em diversas áreas de proteção ambiental: Área de Proteção Ambiental – APA, Área de Proteção Permanente – APP e Floresta Nacional do Araripe – FLONA. Salientamos que a região impactada possui relevantes riquezas arqueológicas e paleontológicas, reconhecida por instituições como o Geopark Araripe. Todavia, ainda carece de estudos específicos acerca do referido patrimônio acima enumerado.

### **1.8. Contatos de liderança/s (endereço, telefone e email)**

- ✓ Zé de Teta – tesoureiro da Associação Rural do Baixio das Palmeiras

Distrito Baixio das Palmeiras, comunidade Chapada, (88) 8113.2868/8112.1663

- ✓ Liro Nobre – secretário da Associação Rural do Baixo das Palmeiras, (88) 8114.1399

### **1.9. Pastoral, Entidade, Organismo ou Movimento Social que acompanha a comunidade:**

- ✓ Paje, C.A geografia, GEA, Frei Tito, Defensoria Pública...

## **2. SOBRE A RESISTÊNCIA**

### **2.1. Alternativas de enfrentamento que vêm sendo construídas na comunidade:**

Inicialmente buscou-se convocar reuniões com os representantes legais da obra para se questionar a destinação política do empreendimento e exigir a redução de famílias impactadas. Seguiu-se com o retardamento a realização do pré-cadastro, com o intuito de conseguir mais informações acerca da execução do projeto e de assegurar a participação popular na administração pública. Realizou-se também curtas para denunciar as violações de direitos que estavam ocorrendo na localidade, bem como buscou-se expor a problemática que a comunidade estava passando através das rádios e eventos nas universidades. Para defesa do meio ambiente, devido aos fortes indícios de resquícios arqueológicos, realizou-se uma representação no MPF para pedir informações e requisitar perícia no EIA/RIMA. E por fim, para impedir a continuidade de violações de outros direitos humanos, abriu-se um processo administrativo na Defensoria Pública do Estado do Ceará com o intuito desta assegurar que os procedimentos adotados cumpram estritamente os mandamentos legais.

### **2.2. Conquistas alcançadas desde o início do conflito:**

- ✓ Auto-organização da comunidade na construção da resistência
- ✓ Redução do número de imóveis atingidos
- ✓ Garantia do direito a informação devido o processo administrativo junto a Defensoria do Estado

## **3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**3.1. Processos jurídicos/ administrativos relacionados ao conflito** (processos na justiça, inquéritos policiais, procedimentos nos órgãos ambientais, entre outros):

- ✓ Processo administrativo junto ao MPF onde fora realizado uma representação da Associação Rural Baixio das Palmeiras com o objetivo de pedir análise pericial do EIA/RIMA e de exigir informações a respeito do projeto do CAC
- ✓ Processo administrativo junto a Defensoria Pública do Estado do Ceará com o intuito de solicitar informações a respeito desta obra na comunidade Baixio das Palmeiras

**3.2. Quais políticas públicas impactam e/ou tencionam, diretamente, o conflito** (Prodetur, PLDM, PAC, plano diretor, concessão de créditos por bancos ou órgãos públicos, entre outros. Caso possível, fazer uma breve análise):

- ✓ PAC

**3.3. Movimentos e instituições parceiras da organização comunitária:**

- ✓ Cáritas Diocesana, Escritório Frei Tito, Defensoria Pública do Estado do Ceará,

**3.4. Breve avaliação dos que acompanham o conflito** (universidade e/ou assessoria):

- ✓ Desarticulação da comunidade após os estudos topográfico e cadastral realizado pela empresa VBA;
- ✓ Dificuldade de mobilização das demais comunidades (distritos, bairros, assentamento) atingidas pelo CAC;
- ✓ Necessidade de formação política;
- ✓ Apoio incipiente dos movimentos sociais
- ✓ Falta de um corpo de juristas estudiosos dessa demanda em específico
- ✓ Dificuldades ou impossibilidades de diálogo para a construção de alternativas do trajeto do canal com a comunidade
- ✓ Obstáculos financeiros para a realização de atividades

**3.5. Trabalhos acadêmicos e/ou relatórios que se relacionam ao conflito** (quando houver):

Não há

**3.6. Incidência na mídia e na sociedade civil** (sinalizar a existência de reportagens, que tratem do conflito ou afirmem a cultura e modo de vida dos que sofrem as violações de direitos, na televisão, no jornal impresso ou em sites):

<i>MATERIA</i>	<i>JORNAL/VEÍCULO</i>	<i>DATA</i>
----------------	-----------------------	-------------

Comunidade cobra informação sobre o Cinturão das Águas em Crato	Blog ACB Crato	01/08/2012
População Rural Do Cariri Quer Explicação E Participação Na Construção Do Cinturão Das Águas	Portal Chapada do Araripe	04/08/2012
Cariri comemora o Dia do Folclore	Diário do Nordeste	28/08/2012
Projeto Cinturão de Águas do Ceará revolta agricultores do Cariri	Globo/TV Verdes Mares	18/04/2013
Audiência pública vai debater obra do Cinturão das Águas no Crato	Câmara Municipal do Crato	27/05/2013
Obra do Cinturão das Águas preocupa moradores do Baixio das Palmeiras	TV Verde Vale	29/05/2013
Obra do governo cearense, o 'Cinturão das Águas' provoca dúvidas no distrito Baixio das Palmeiras	Adital	31/05/2013
Dia Mundial do Meio Ambiente é lembrado com passeata e protestos	Miséria	05/06/2013
Audiência pública discute o projeto do Cinturão das Águas	TV Verde Vale	12/06/2013
Moradores afetados pelo 'Cinturão das Águas' debatem em reunião do COMDEMA	Prefeitura do Crato	12/06/2013
Distrito Baixio das Palmeiras leva discussão do Cinturão das Águas à Câmara Municipal	Blog de Altaneira	14/06/2013

Protesto de estudantes em cidade do Ceará ocorre de forma pacífica	Globo/Portal G1	21/06/2013
Carta do Fórum Justiça sobre o caso Baixio das Palmeiras – Crato/ Ceará	Racismo Ambiental	09/07/2013
Obra do Cinturão das Águas ameaça moradores do Baixio das Palmeiras, no Crato	Cariri TV - UFCA	30/07/2013